

Antropologia, ecologia, política: introdução

Antonio Maria Pusceddu

e Vanessa Iglésias Amorim

PUSCEDDU, Antonio Maria (antonio.pusceddu@iscte-iul.pt) – CRIA-Iscte, Portugal. ORCID: 0000-0001-5677-9816.

AMORIM, Vanessa Iglésias (vanessaiglesiasamorim@gmail.com) – CRIA-Iscte, ESE-IPS, Portugal. ORCID: 0000-0003-1821-9548.

ENTRE 2018 E 2019, UM MOVIMENTO DE PROTESTO ESPONTÂNEO abalou a França de Emmanuel Macron. O movimento dos “coletes amarelos” (assim nomeado pelo colete de segurança amarelo usado pelos manifestantes) protestava contra o aumento dos preços dos combustíveis, devido à introdução de uma taxa sobre as emissões de carbono que afetaria diretamente as classes trabalhadoras e de rendimento médio-baixo. Os inúmeros protestos e bloqueios em todo o país, duramente reprimidos, expressavam um conjunto heterogêneo (e até contraditório) de reivindicações, bem como sentimentos de revolta, indignação e insubmissão. Entre os *slogans* gritados nas grandes manifestações, um em particular tem despertado interesse pela forma como enquadra a relação entre o impacto económico das novas medidas e o horizonte de combate às alterações climáticas que lhes servia de legitimação: “Fim do mês, fim do mundo: mesma luta!” Colocava-se, assim, para além da leitura genérica dos protestos como contrários às políticas de combate às alterações climáticas, a interrogação sobre o lugar da questão ecológica nas lutas sociais (Gaborit e Grémion 2019).¹

Ao fazer uma ligação tão forte e explícita, o breve *slogan* apontava para uma interseção que, ao longo da última década, tem vindo a ganhar força: a relação entre as desigualdades sociais e as questões ecológicas. Se, por um lado, esta ligação está presente há muito tempo (explícita e implicitamente) nos movimentos populares e operários (Barca 2012; Guha e Martínez-Alier 1997; Martínez-Alier 2021), por outro, adquiriu renovada visibilidade e força após a grande crise financeira de 2008, um evento marcante da nossa época (Tooze 2018), no quadro da crescente preocupação com a crise climática e a vaga de protestos que surgiu no final da década dos 2010.² O nexo entre lutas sociais e lutas ecológicas (e, mais frequentemente, climáticas), bem como a interação entre condições ecológicas e desigualdades sociais no contexto pós-crise, têm contribuído para abrir novas frentes de discussão em torno da ecologia política enquanto abordagem fundamental para decifrar o vórtice de crises e transformações que caracterizam os tempos atuais (Apostolopoulou e Cortes-Vasquez 2019; Kaika, Calvário e Velegrakis 2021). É precisamente neste contexto que se enquadra a organização do dossiê e das iniciativas que levaram à sua realização.

Este dossiê, que junta pesquisas (na sua maioria com base etnográfica) sobre diferentes interseções entre ecologia, política e sociedade, surge de um contexto de iniciativas e debates dentro do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), pensados, já há alguns anos, em respostas às solicitações presentes

1 Ver o dossiê organizado por Fabrice Flipo (2021a) e a introdução do mesmo (Flipo 2021b).

2 Veja-se, para o contexto português, o dossiê “Lutas pelo território” (Lança *et al.* 2020). Sobre a interseção persistente entre conflito social e ambiental no Portugal rural, veja-se o trabalho do historiador Paulo Guimarães (2016), também em conversa com Nunes (2019). O estudo de Pedro Gabriel Silva (2013) oferece um caso interessante de conflito-ambiental de longa duração entorno duma exploração mineira na Beira Baixa.

na realidade em que vivemos, em torno da dupla crise social e ecológica.³ Ou, dito de outra forma, surge da tentativa de trazer essas tensões socio-ecológicas dentro de um terreno de reflexão para explorar mais em profundidade a relação entre antropologia e ecologia política. Apesar das diferenças de temas abarcados pelos artigos, o dossiê expressa essa necessidade partilhada de procurar uma articulação mais explícita da análise antropológica (e sua dimensão etnográfica) com as abordagens e os desafios da ecologia política, como a atenção para o poder enquanto fator estruturante das relações socioecológicas, e a sensibilidade metodológica para a complexidade de interação entre escalas de análise diferentes. Embora seja frequentemente (e corretamente) enfatizada a força interdisciplinar da ecologia política (mais uma abordagem do que um âmbito claramente definido), é igualmente importante não esquecer o seu carácter proverbialmente indisciplinado (até “insurgente”, na sua dupla ambição prática e teórica; ex.: Undisciplined Environments Collective 2024).⁴ Essa indisciplina levou-nos a tentar experimentar as possibilidades e as potencialidades de um profícuo diálogo entre a prática da antropologia e as abordagens (teóricas e práticas) informadas pela ecologia política, que olham para a relação sociedade-ambiente (e os microcontextos frequentemente estudados pela antropologia) como sempre estruturada e mediada pelas desigualdades (sociais, de género, racializadas, etc.) que moldam as sociedades dominadas pelo modo de produção capitalista (Comas D’Argemir 1999; Paulson, Gezon e Watts 2003). É nesse espaço que se situam as análises e as perspetivas aqui apresentadas, como pontos de um diálogo aberto às tensões e aos conflitos do presente, assim como às experimentações de novas formas de conhecimento e relacionamento socioecológicos.⁵

3 Estão aqui reunidos trabalhos desenvolvidos maioritariamente no âmbito do CRIA e/ou que encontraram um terreno de diálogo em iniciativas promovidas a partir do CRIA. As pesquisas agregadas foram apresentadas em dois eventos: o seminário “Abordar a complexidade: encontro(s) de ecologia política” (Iscte, Lisboa, 24-25 de fevereiro 2022), e o painel “Antropologia, ecologia, política: interseções e desafios” (VIII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, Évora, setembro de 2022). A partir destes momentos foi possível mapear um conjunto de trabalhos que reconhecem a ecologia política como um quadro compartilhado de ação e reflexão. Ao longo do tempo, a rede foi-se expandindo, bem como as colaborações, nomeadamente com a criação da Rede de Ecologia Política em 2024, juntamente com outros coletivos e centros de investigação, e a formalização do Núcleo de Ecologia Política (NEP) como linha temática do CRIA em 2025.

4 Disponível em: <<https://fernwoodpublishing.ca/authors/view/undisciplined-environments-collective>> (última consulta em outubro de 2025).

5 Poderá parecer uma *excusatio non petita, accusatio manifesta*, mas aqui importa assinalar que em nenhum momento deste dossiê é feita referência ao termo Antropoceno, nem a uma das suas (já numerosas) variantes, como, por exemplo, Capitaloceno. Apesar de ter sido recentemente desqualificado pela comunidade científica que originou a proposta de identificação de uma nova época geológica marcada pela ação humana (“The Anthropocene”, International Union of Geological Sciences, 20 de março de 2024. Disponível em <https://www.iugs.org/_files/ugd/fl1fc07_40d1a7ed58de458c9f8f24de5e739663.pdf?index=true> (última consulta em outubro de 2025)), o termo adquiriu [continua]

Apesar de a antropologia ter sido um ingrediente essencial na fermentação da ecologia política como abordagem transdisciplinar, o seu contributo para o desenvolvimento da nova abordagem foi relativamente marginal. Antropólogos como Julian Steward e Eric R. Wolf são frequentemente apontados como figuras-chave na genealogia da ecologia política: o primeiro pela atenção às interações multiníveis entre fatores ecológicos e sociais que marcou o desenvolvimento da ecologia cultural e da antropologia ecológica; o segundo pela forma como conseguiu articular a análise dos processos ecológicos dentro de uma abordagem de economia política (Greenberg e Park 1994; Pusceddu 2024; Robbins 2012 [2004]: 14; Wolf 1972). Todavia, o contributo mais destacado para o desenvolvimento (e a visibilidade) da ecologia política nos contextos académicos anglófonos, pelo menos numa fase inicial de elaboração e consolidação, veio da geografia e dos estudos do desenvolvimento (Biersack 2006: 6), graças aos trabalhos de, entre outros, Harold Brookfield, Piers Blaikie, Susanna Hect, Michael Watts e Nancy Peluso (Watts 2015).

No entanto, temas centrais e cruciais da ecologia política, como a questão do poder e do conflito, da complexidade de escalas, a interação constante entre economia política, organização social e fatores ecológicos, não são de todo alheios a muitos trabalhos antropológicos, e muitas vezes encontram na densidade da experiência etnográfica uma forma peculiar e distintiva de síntese e elaboração (veja-se, entre outros, Biersack 2006; Escobar 2008; Franquesa 2018; Howard 2017; Little 2006; West 2006; Zhouri 2017).⁶ Tal como a antropologia tem revelado uma forma peculiar de praticar e entender etnograficamente a ecologia política,⁷ este dossiê pode ser um reflexo interessante da tentativa de construir conexões a partir de (e através de) âmbitos heterogêneos como a antropologia económica e política (Olival; Sama Acedo, Berná Serna e Homs Ramirez de la Piscina), os estudos dos rituais performativos entre movimentos ecológicos (Leal) e de práticas religiosas heterodoxas (Martins), até à antropologia da saúde

[continuação] enorme sucesso, não só entre setores relevantes das ciências sociais e humanas (incluindo a antropologia), como também no discurso corrente sobre a profunda e acelerada transformação ecológica do planeta. Será escusado dizer que o debate é importante, não tanto enquanto categoria teórica particularmente relevante – de facto, não permite explicar nada, pelo contrário –, mas pelo imaginário que evoca, em combinação com o agravar da crise climática e com a igualmente profunda crise de perspectivas num horizonte histórico ainda indeterminado. No entanto, é digno de nota que os artigos que compõem este dossiê não tenham evocado um termo tão generalizado e, ainda assim, tão controverso para enquadrar as respetivas problemáticas, embora de forma geral.

6 Contudo, não têm faltado posições críticas perante a ecologia política, por exemplo por dentro da antropologia ecológica (Vayda e Walters 1999). Relativamente ao contexto português, é interessante relevar como a antropologia ambiental, já bastante estruturada na sua vertente biológica como socio-cultural (Frazão-Moreira 2022, para uma síntese), tenha mostrado, até recentemente, um engajamento ainda embrionário com a ecologia política, apesar de existirem trabalhos que abordam o tema do conflito, como, por exemplo, os já mencionados Pedro Gabriel Silva (2013) e Fabienne Wateau (2014).

7 Sem esquecer, naturalmente, perspectivas de cariz mais histórico e sistémico como a de Alf Hornborg (2011).

com uma sólida base documental e interdisciplinar (Varanda). Antes de discutir mais aprofundadamente os artigos do dossiê, é importante retomar brevemente a vertente não académica, como ingrediente essencial do projeto teórico e prático da ecologia política, intimamente constituído pela tensão constante entre necessidade teórico-metodológica e projeção prático-política.

Efetivamente, seria inconsequente, após evocar os “coletes amarelos” e outras formas de ecologismo popular, olhar apenas para os mundos académicos à procura de antecedentes e rastros relevantes de um espaço, como a ecologia política, que seria míope restringir num contexto meramente académico (embora a sua institucionalização como conhecimento especializado e profissional seja de todo ausente). A ecologia política, como abordagem e como prática, vive num (e alimenta-se de um) diálogo constante com as fricções e contradições que se manifestam na sociedade mais ampla. Só tendo em conta essa dupla vertente, académica e militante, é possível sair das genealogias académicas para encontrar um panorama mais rico, plural e estimulante de reivindicações e elaborações implícita ou explicitamente assumidas como ecologias políticas. O caso português, deste ponto de vista, não é sem interesse e merece ser brevemente abordado.

Há dez anos, um breve balanço sobre a difusão da *political ecology* em contextos “lusófonos” assinalava que era como uma novidade trazida do exterior e apropriada sem grande reelaboração, “para inglês ver” (Freitas e Mozione 2015). De facto, se olharmos para a ecologia política como *political ecology*, quase como se fosse um raio de luz que emana do mundo universitário anglo-saxónico para iluminar o resto do mundo, corremos o risco de considerar as geografias periféricas como um recetor passivo de novidades intelectuais, sem capacidade de elaboração própria.⁸ Na verdade, as genealogias são muitas – múltiplas, policêntricas – e falam línguas diferentes, apesar de essas diversidades existirem (e se reproduzirem) dentro de uma ineludível hierarquia global do conhecimento dominado pela anglosfera (Leff 2015a).⁹

Mas se olharmos mais além das genealogias académicas, não teremos dificuldade em encontrar fragmentos antecipadores das novidades futuras. No Portugal em fermento revolucionário do pós-25 de Abril, por exemplo, encontramos a reivindicação de uma perspetiva “ecopolítica” por parte do

8 Nessa mesma altura, em Coimbra, germinava a Oficina de Ecologia e Sociedade (< <https://www.ce.s.uc.pt/en/ces/ecosoc> >), que iria criar o primeiro grupo de ecologia política com maior implantação no contexto universitário português (ex.: Fernandes e Barca 2012).

9 Veja-se, entre os vários exemplos possíveis, a revista *Ecologia Política* (< <https://www.ecologiapolitica.info/> >), fundada em Barcelona em 1991 por Joan Martínez-Alier, que se tornou um ponto de referência para o ativismo como para a investigação, tanto na Península Ibérica como na América Latina (ver também Leff 2015b), ou a fundamental interseção do trabalho político e científico de Laura Conti (1977) em Itália (Barca 2011), para além do trabalho, mais à frente referido, de André Gorz em França (ver Bosquet 1975).

recém-nascido Movimento Ecológico Português (MEP, doravante).¹⁰ Formalmente constituído em julho de 1974 em Lisboa, o MEP começa a tomar forma através das reuniões da comissão promotora já em meados de maio (Madeira 2021: 44; Rodrigues 1995). Em agosto começam as publicações do boletim do MEP, que em fevereiro de 1975 é substituído pela revista *Frente Ecológica*, até 1977. Formalmente dissolvido em 1979, o MEP, de facto, parou qualquer atividade já em 1977. A reivindicação de uma “ecologia política” já fazia parte da linguagem (e das palavras de ordem) do MEP desde as primeiras publicações. No boletim número 2 (outubro 1974) a “ecologia política” é apontada em contraste com a “política do ambiente”, de forma a marcar uma distância entre as formas despolitizadas (no sentido do que veio depois a ser chamado *policy*) de gestão ambiental e a reivindicação do carácter essencialmente político das questões ecológicas. Entre as várias iniciativas do MEP figura a coleção “Ecopolítica”, que publicou a tradução em português de um livro fundamental da ecologia política europeia, *Écologie et politique*, de Michel Bosquet, já um ano depois da publicação em França (ver Bosquet 1975, *alias* André Gorz).

Embora resultasse num experimento breve e substancialmente limitado a grupos pequenos de militantes (Rodrigues 1995), foi antecipador de tentativas futuras de resgatar o carácter popular das lutas ecológicas, bem como de sublinhar a ligação entre questões ecológicas e sistema produtivo. Para além disso, trouxe a necessidade de um cuidadoso mapeamento dos conflitos ambientais (antes e depois do 25 de Abril) como premissa indispensável de um plano de ação política de longo prazo. O mapeamento anunciado nas páginas da *Frente Ecológica* foi apenas esboçado por Afonso Cautela, figura central do MEP, intransigente e polémico, no livro *Ecologia e Luta de Classes em Portugal* (Cautela 1977), mas antecipou um projeto que terá um desenvolvimento amplo e estruturado quatro décadas depois (Fernandes e Fernandes 2019), e uma mais intensa (embora implícita) ressurgência no apoio às lutas ecológicas e territoriais declinadas, no presente, como lutas contra o “extrativismo” (por exemplo, Lança *et al.* 2020; ver também Dunlap, Verweijen e Tornel 2024).

Não é aqui possível dar conta, nem parcialmente, das lutas contra a proliferação de projetos mineiros, contra a expansão de grandes e extensas centrais de energia renovável e outras monoculturas, como o olival intensivo ou a produção de frutos vermelhos com elevado consumo de água. Importante é lembrar, em continuidade com as observações iniciais, o nexo entre os efeitos das crises, concretamente, da grande crise financeira (e a subsequente reestruturação social e económica; ver Reis 2014) e a geografia atual dos conflitos socioambientais. É precisamente este contexto que permite enquadrar a necessidade partilhada de situar, direta ou indiretamente, a densidade do

10 A não confundir com o Movimento Ecologista Português, criado já no início dos anos 80, que deu origem ao Partido Ecologista “Os Verdes”.

trabalho etnográfico e da análise antropológica dentro de uma abordagem de ecologia política, cuja dimensão teórica e metodológica é dificilmente separável da tensão política.

Os cinco artigos que compõem este dossiê resultam de pesquisas autónomas, na maioria pesquisas doutorais (uma já concluída e outras ainda em curso), enquadradas em âmbitos específicos como a antropologia económica (Olival; Sama Acedo, Berná Serna e Homs Ramirez de la Piscina), a antropologia da saúde (Varanda), a antropologia da religião (Martins) e a antropologia dos movimentos sociais (Leal). São, portanto, trajetórias diferentes que se cruzam neste dossiê, na procura partilhada de uma fertilização interdisciplinar benéfica da investigação antropológica, seja através da exploração das potencialidades metodológicas e analíticas das abordagens ecológico-políticas através da prática etnográfica (Leal, Martins, Olival, Sama Acedo, Berná Serna e Homs Ramirez de la Piscina), seja através da frutífera integração de antropologia e ecologia política na análise histórico-documental (Varanda). Desta forma, ao considerarem a ecologia política um espaço comum de interação entre diferentes práticas de investigação, as autoras e os autores convergem na tentativa de identificar linhas e estratégias transversais de análise e compreensão das relações socioecológicas, bem como de visibilizar o potencial metodológico e analítico da etnografia (e da análise documental) para as abordagens e as problemáticas ecológico-políticas.

Os contextos etnográficos analisados incluem Portugal (Leal; Martins; Olival), Espanha (Sama Acedo, Berná Serna e Homs Ramirez de la Piscina) e Angola (Varanda). A maioria dos artigos tem como marco temporal a fase histórica aberta pela crise financeira, marcadamente presente na renovada procura de práticas económicas mais sustentáveis (económica e ecologicamente), investigada por Olival em dois contextos portugueses, e por Sama Acedo, Berná Serna e Homs Ramirez de la Piscina em Madrid. O mesmo horizonte de crise está igualmente presente, como pano de fundo ineludível, nas análises dos protestos contra um projeto de *fracking* (Leal) e dos encontros dos movimentos neopagãos em Portugal (Martins), que também são marcados pela preocupação com a crise ecológica planetária. O artigo de Varanda, apesar de ter como enfoque analítico principal a análise documental do surto de SIDA numa região periférica de Angola, faz uma forte referência ao passado recente da pandemia de coronavírus, demonstrando a importância da compreensão multiescalar e multifatorial de fenómenos tão complexos.

Através de uma “etnografia militante”, o artigo de Catarina Leal examina o conflito socioambiental que opôs movimentos sociais ecologistas a um projeto de *fracking* em Portugal, perto de Leiria, com um enfoque no potencial transformativo das *performances* públicas enquanto dramatização da ligação entre ecologia e política. Mais especificamente, o artigo analisa em pormenor as dimensões organizativas e performativas do protesto, tanto na longa e cuidada

preparação do acampamento na área em disputa do projeto, como na articulação entre os conteúdos, as formas (e as tecnologias) da comunicação e as fases concretas da ação de protesto. Ao observar (e participar) num dos protestos ecológicos mais bem-sucedidos dos últimos tempos em Portugal, no âmbito de uma mais ampla mobilização contra a exploração de petróleo e gás natural (que culminou com a suspensão da atribuição de novas licenças para prospeção e pesquisa em 2020), Leal destaca duas dimensões interligadas. A primeira é a dimensão do protesto enquanto fenómeno estético e a segunda é a estética do protesto enquanto prática incorporada de produção de significados no seio do conflito e através de diferentes dimensões temporais; a suspensão ritualizada do presente, por um lado, e o enraizamento na projeção do futuro e na forte construção simbólica de momentos prefigurativos, por outro. No entanto, Leal questiona-se sobre o efeito material duradouro e persistente das ações simbólicas, ou seja, sobre a sua capacidade de desencadear processos transformativos, ainda que aparentemente limitados, mas consistentes na sua dimensão sociotemporal.

No seu artigo, Sara Sama Acedo, David Berná Serra e Patricia Homs Ramírez de la Piscina analisam as hortas urbanas em Madrid como espaços de experimentação da governação partilhada dos “comuns verdes urbanos”, marcados pela tensão entre a procura de novas relações de reciprocidade e mutualidade e as pressões das lógicas de mercado e de normalização institucional dos novos laços comunitários. O Programa Municipal de Hortas Urbanas Comunitárias foi lançado no início do milénio, mas foi durante os anos da crise (2008-2013) que registou um maior dinamismo. As autoras examinam a expansão e institucionalização de experiências inicialmente intersticiais entre a gestão comunitária e a gestão institucional pública, no âmbito de um discurso informado pela necessidade de redefinir as relações com a natureza nos grandes contextos urbanos, seja como resposta a necessidades socioecológicas imediatas, seja como resposta ao mais amplo desafio das alterações climáticas. Desta forma, as práticas materiais e simbólicas que se organizam em torno das hortas, enquanto terreno de formação de novas relações comunitárias, enfrentam o desafio de lidar com a tensão constante entre as lógicas comunitárias (por exemplo, a valorização não monetizada do trabalho voluntário) e as lógicas mercantis de valorização, bem como com a relação (e preservação) da autonomia face às instituições públicas.

A partir de uma extensa investigação etnográfica em Portugal, Joana Martins desenvolve uma reflexão sobre a interseção entre religiosidades heterodoxas no contexto do paganismo contemporâneo e práticas políticas influenciadas pelo ambientalismo ecofeminista. A autora analisa a forma como diferentes grupos pagãos, liderados por mulheres, formulam os seus posicionamentos ecopolíticos face à experiência da crise ecológica planetária e como estes se manifestam em processos rituais e na esfera pública. Este artigo convida, assim, a uma

abordagem que permite articular visões e práticas religiosas no âmbito dos mais amplos cenários da crise ecológica. Ao mesmo tempo, testemunha a variedade de formas em que a questão ecológica contemporânea ressoa, inclusive nas configurações distintivas em que se expressa uma constelação discursiva que articula ativismo ambiental, práticas religiosas heterodoxas, cosmologias ecofeministas e antipatriarcais.

O artigo de Jorge Varanda contribui significativamente para expandir o alcance metodológico, geográfico, histórico e temático do dossiê, ao apresentar uma análise aprofundada do legado colonial na explicação de um surto epidémico de SIDA em Angola na década de 1990. A partir do caso anómalo da pequena cidade de Dundo – o antigo centro administrativo da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) –, o autor questiona as narrativas biomédicas dominantes que estabelecem uma ligação direta entre grandes áreas urbanas, supostas práticas sexuais promíscuas e a circulação do vírus VIH, ou seja, a narrativa da “tempestade perfeita”. Através de uma análise histórico-documental atenta e rigorosa, o autor evidencia outros fatores de circulação e transmissão do vírus, derivados das tecnologias biomédicas coloniais de controlo da saúde da força de trabalho, como, por exemplo, a elevada incidência de transfusões de sangue na população africana. Desta forma, é possível compreender o papel silencioso dos centros de saúde do centro administrativo da Diamang na circulação e transmissão do vírus, revelando o nexo direto entre as tecnologias biomédicas coloniais e o surto epidémico, bem como o carácter ideológico das narrativas biomédicas dominantes. A combinação de diferentes estratégias analíticas e a consideração de um amplo leque de elementos, incluindo a história da exploração colonial, permitem ao autor apresentar uma perspetiva articulada da interação entre diferentes fatores, realçando o valor da ecologia política ao visibilizar “os processos históricos que criam as condições para a eclosão de crises sanitárias” e ao servir de “ferramenta crítica chave para compreender as epidemias contemporâneas”.

Luís Filipe Olival analisa as tensões entre os valores da sustentabilidade e da regeneração ambiental e a criação de valor económico enfrentadas pelas práticas agroecológicas e pelas formas cooperativistas em Portugal. Com base num trabalho etnográfico de participação direta com uma cooperativa multisetorial e uma associação agroecológica informal, ambas localizadas na área metropolitana de Lisboa, o artigo analisa em profundidade a forma como é gerida a tensão entre as condicionantes das lógicas mercantis e a procura de práticas de produção mais sustentáveis, inspiradas nos princípios da agroecologia. Desta forma, o artigo aborda uma das questões mais relevantes, que se cruza com a análise desenvolvida por Sama Acedo, Berná Serra e Homs Ramírez de la Piscina: as potencialidades e limitações das práticas que procuram delimitar terrenos informados por valores não mercantis, mas cuja existência é inevitavelmente marcada pela relação com a realidade dominada pela lógica

das mercadorias e pelas suas nefastas consequências ecológicas. Ao debruçar-se sobre estas contradições, o autor defende a ideia de “democratização econômica” como forma prefigurativa necessária para desenvolver circuitos alimentares mais sustentáveis.

Para concluir, os cinco artigos que compõem este dossiê apresentam exemplos diferentes de engajamento com abordagens de ecologia política. Esta diversidade contribui para desenhar um espaço benéfico de cruzamento metodológico e teórico, que proporciona estímulos e sugestões para um debate em constante fermentação, dentro e fora dos contextos académicos. Com este dossiê, esperamos, portanto, contribuir para impulsionar um major debate e engajamento entre antropologia e ecologia política no contexto português.

BIBLIOGRAFIA

- APOSTOLOPOULOU, Elia, e José A. CORTES-VASQUEZ (orgs.), 2019, *The Right to Nature: Social Movements, Environmental Justice and Neoliberal Natures*. Londres: Routledge.
- BARCA, Stefania, 2011, “Lavoro, corpo, ambiente: Laura Conti e le origini dell’ecologia politica in Italia”, *Ricerche Storiche*, XLI (3): 541-550.
- BARCA, Stefania, 2012, “On working-class environmentalism: a historical and transnational overview”, *Interface*, 4 (2): 61-80.
- BIERSACK, Aletta, 2006, “Reimagining political ecology: culture/power/history/nature”, in Aletta Biersack e James B. Greenberg (orgs.), *Reimagining Political Ecology*. Durham e Londres: Duke University Press, 3-40.
- BOSQUET, Michel, 1975, *Ecologie et politique*. Paris: Galilée [trad. portuguesa: *Ecologia e Política*, Lisboa: Editorial Notícias, 1976].
- CAUTELA, Afonso, 1977, *Ecologia e Luta de Classes em Portugal*. Lisboa: Sociocultur.
- COMAS D'ARGEMIR, Dolors, 1999, “Ecología política y antropología social”, *Áreas: Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 19: 79-99. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=226129> > (última consulta em outubro de 2025).
- CONTI, Laura, 1977, *Che Cos'è l'Ecologia: Capitale, Lavoro e Ambiente*. Milão: Edizioni Gabriele Mazzotta.
- DUNLAP, Alexander, Judith VERWEIJEN, e Carlos TORNEL, 2024, “The political ecologies of ‘green’ extractivism(s): an introduction”, *Journal of Political Ecology*, 31 (1): 436-463. Disponível em: < <https://journals.librarypublishing.arizona.edu/jpe/article/id/6131/> > (última consulta em outubro de 2025).
- ESCOBAR, Arturo, 2008, *Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes*. Durham, NC: Duke University Press.
- FERNANDES, Lúcia de O., e Stefania BARCA (orgs.), 2012, “Desigualdades ambientais: conflitos, discursos e movimentos”, *E-Cadernos CES*, 17.

- FERNANDES, Francisco R. C., e Lúcia de O. FERNANDES (orgs.), 2019, *Portugal: Ambiente em Movimento*. Évora/Rio de Janeiro: Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais/CICP, CETEM.
- FLIPO, Fabrice (org.), 2021a, “Vers de nouvelles écologies populaires?”, *Écologie & Politique*, 62.
- FLIPO, Fabrice, 2021b, “Gilet jaunes et écologie: vers un écologisme des pauvres”, *Écologie & Politique*, 62: 13-24.
- FRANQUESA, Jaume, 2018, *Power Struggles: Dignity, Value, and the Renewable Energy Frontier in Spain*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- FRAZÃO-MOREIRA, Amélia, 2022, “Antropologia”, in Maria Amélia Martins-Loução e Rúben Oliveira (orgs.), *Um Pouco por Toda a Parte: A Ecologia no Séc. XXI*. Porto: Edições Afrontamento, 51-64.
- FREITAS, Tiago A. M., e Augusto C. S. MOZINE, 2015, “Towards a lusophone political ecology: assessing ‘para inglês ver’ environments”, in Raymond L. Bryant (org.), *The International Handbook of Political Ecology*. Cheltenham: Edward Elgar.
- GABORIT, Maxime, e Théo GRÉMION, 2019, “Jaunes et verts: vers un écologisme populaire?”, *La vie des idées*. Disponível em < https://laviedesidees.fr/IMG/pdf/20191220_gilets_verts.pdf > (última consulta em outubro de 2025).
- GREENBERG, James B., e Thomas K. PARK, 1994, “Political ecology”, *Journal of Political Ecology*, 1: 1-12. Disponível em: < <https://journals.librarypublishing.arizona.edu/jpe/article/1524/galley/1781/view/> > (última consulta em outubro de 2025).
- GUHA, Ramachandra, e Joan MARTÍNEZ-ALIER, 1997, *Varieties of Environmentalism: Essays North and South*. Londres: Routledge.
- GUIMARÃES, Paulo, 2016, “Conflitos ambientais e progresso técnico na indústria mineira e metalúrgica em Portugal (1858-1938)”, in Paulo Guimarães e J.D. Péreza Cevada (orgs.), *Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: O Passado e o Presente*. Évora/Rio de Janeiro: CICP/CETEM, 157-184.
- HORNBORG, Alf, 2011, *Global Ecology and Unequal Exchange: Fetishism in a Zero-Sum World*. Londres: Routledge.
- HOWARD, Penny McCall, 2017, *Environment, Labor and Capitalism at Sea: “Working the Ground” in Scotland*. Manchester: Manchester University Press.
- KAIKA, Maria, Rita CALVÁRIO, e Giorgos VELEGRAKIS (orgs.), 2021, *The Political Ecology of Austerity: Crisis, Social Movements, and the Environment*. Londres: Routledge.
- LANÇA, Marta, et al., 2020, “Lutas pelo território”, suplemento de *Mapa: Jornal de Informação Crítica*, 29.
- LEFF, Enrique, 2015a, “The power-full distribution of knowledge in political ecology: a view from the South”, in Tom Perrault, Gavin Bridge e James McCarthy (orgs.), *The Routledge Handbook of Political Ecology*. Londres: Routledge, 64-75.
- LEFF, Enrique, 2015b, “Political ecology: a Latin American perspective”, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35: 29-64. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/271506225_Political_Ecology_-_A_Latin_American_Perspective > (última consulta em outubro de 2025).
- LITTLE, Paul E., 2006, “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico” *Horizontes Antropológicos*, 25: 85-103. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ha/a/kskpPgWtcXBsgNB56pn3rC/?format=html&lang=pt> > (última consulta em outubro de 2025).

- MADEIRA, Bruno, 2021, *Não Foi para Morrer que Nós Nasceamos: O Movimento Ecológico do Porto (1974-1982)*. Porto: Edições Afrontamento.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan, 2021 [2002], *El Ecologismo de los Pobres: Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración* (6.^a ed. ampliada). Barcelona: Icaria.
- NUNES, Filipe, 2019, “Conflitos ambientais no Portugal rural”, *Mapa: Jornal de Informação Crítica*, 24: 10-11.
- PAULSON, Susan, Lisa L. GEZON, e Michael WATTS, 2003, “Locating the political in political ecology: an introduction”, *Human Organization*, 62 (3): 205-217. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/44127401> > (última consulta em outubro de 2025).
- PUSCEDDU, Antonio Maria, 2024, “Connections and contradictions: Eric R. Wolf and the political ecology of value”, *Focaal: Journal of Global and Historical Anthropology*, 100: 11-24. Disponível em: < <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/focaal/2024/100/fcl1000102.xml> > (última consulta em outubro de 2025).
- REIS, José (org.), 2014, *A Economia Política do Retrocesso: Crise, Causas e Objectivos*. Lisboa: Almedina.
- RODRIGUES, Eugenia, 1995, “Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal”, *Oficina do CES*, n.º 60. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Disponível em: < <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/060/60.pdf> > (última consulta em outubro de 2025).
- ROBBINS, Paul, 2012 [2004], *Political Ecology: A Critical Introduction*. Malden, MA: Wiley.
- SILVA, Pedro Gabriel, 2013, *No Rasto da Draga: Exploração Mineira e Protesto Popular Numa Aldeia da Beira Baixa (1912-1980)*. Castro Verde: 100LUZ.
- TOOZE, Adam, 2018, *Crashed: How a Decade of Financial Crises Changed the World*. Nova Iorque: Viking.
- UNDISCIPLINED ENVIRONMENTS COLLECTIVE, 2024, *Insurgent Ecologies: Between Environmental Struggles and Postcapitalist Transformations*. Halifax e Winnipeg: Fernwood Publishing.
- VAYDA, Andrew P., e Bradley B. WALTERS, 1999, “Against political ecology”, *Human Ecology*, 27 (1): 167-179.
- WATEAU, Fabienne, 2014, “*Querem Fazer Um Mar...*” *Ensaio sobre a Barragem de Alqueva e a Aldeia Submersa da Luz*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WATTS, Michael J., 2015, “Now and then: the origins of political ecology and the rebirth of adaptation as a form of thought”, in Tom Perrault, Gavin Bridge e James McCarthy (orgs.), *The Routledge Handbook of Political Ecology*. Londres: Routledge, 19-50.
- WEST, Paige, 2006, *Conservation Is Our Government Now: The Politics of Ecology in Papua New Guinea*. Durham, NC: Duke University Press.
- WOLF, Eric R., 1972, “Ownership and political ecology”, *Anthropology Quarterly*, 45: 201-205.
- ZHOURI, Andréa (org.), 2017, “Mining, violence and resistance”, *Vibrant*, 14 (2): 88-187.

Receção da versão original / Original version

2023/05/19

Receção da versão revista / Revised version

2025/10/27

Aceitação / Accepted

2025/10/28